

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do Brasil

Class.: 181

Data: 12/02/91

Pg.: 04

Funai transforma fazendas em reserva

Boa Vista — João Ramid



Soares prevê uma reação violenta dos fazendeiros ameaçados de perder terras

Mário Rosa

BOA VISTA — Um conflito fundiário de proporções ainda imprevisíveis está prestes a explodir em Roraima e pode colocar mais uma vez em evidência os inúmeros problemas agrários da região Norte. Desta vez, o alvo da disputa são 20 mil quilômetros quadrados de terras situadas no nordeste do estado, conhecidas como região de São Marcos e de Raposa-Serra do Sol — uma superfície quase do tamanho de Israel. Um grupo de 400 fazendeiros locais, alguns deles com títulos de propriedade lavrados há 165 anos, corre o risco de perder a posse de seus terrenos, em virtude de uma nova regulamentação da Funai, e já se mobiliza para criar um foco de resistência.

“Essa terra está molhada pelo suor de mais de 100 anos de trabalho e agora só falta encharcá-la de sangue”, afirma o pecuarista José Augusto Soares, presidente do recém-criado Conselho em Defesa de Roraima, a entidade que congrega fazendeiros de todo o estado e que até bem pouco tempo era chamada de Movimento contra a Internacionalização da Amazônia. “Não queremos fazer ameaças, mas a possibilidade de uma reação sangrenta por aqui não pode ser descartada porque existem fami-

lias que ocupam suas propriedades há mais de um século e não vão querer sair facilmente”, acrescenta Soares. O mais novo nó fundiário de Roraima começou a ser atado em novembro passado, quando o presidente da Funai, Cantídio Guimarães, autorizou a criação da Comunidade Indígena de São Marcos.

Com cerca de 6.500 quilômetros quadrados de área, a comunidade foi criada em substituição à Colônia Agrícola Indígena de São Marcos. Nesse território, 50 fazendas espalhadas por 2 mil quilômetros quadrados de terras descontínuas abrigam 2 mil brancos. Os demais 4 mil quilômetros quadrados são ocupados por 1.250 índios. A aparentemente simples troca de nomes de São Marcos — de “colônia agrícola” para “comunidade indígena” — foi o suficiente para criar as condições para a eclosão de um clima de tensão social no estado. “Pelos estatutos da Funai, a mudança do conceito de São Marcos significa que os brancos terão de abandonar suas propriedades”, explica o pecuarista Soares, dono de uma fazenda com 80 anos de registro em cartório.

“Assinei sem saber” — “Como colônia agrícola, nossa presença era permitida em São Marcos, mas a condição de comunidade indígena impede que permaneçamos onde estamos e obriga essa área a ser habitada exclusivamente por índios”, acrescenta Soares. A indignação dos fazendeiros aumentou com a intenção exposta num estudo técnico da Funai de transformar em comunidade indígena toda a região de Raposa-Serra do Sol — uma extensão de 13 mil quilômetros quadrados, metade dos quais ocupados por 347 fazen-

das. Em Raposa-Serra do Sol há 7 mil brancos e 4.157 índios, mas a eventual alteração da estrutura fundiária atual já despertou uma mudança de estado de espírito. No último dia 22, uma passeata de 4 mil pessoas, comandada pelos líderes dos fazendeiros de Roraima, percorreu as ruas de Boa Vista para protestar contra a transformação de Raposa-Serra do Sol em comunidade indígena.

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal do Brasil

Class.: 181

Data: 12/02/91

Pg.: 09 (cont.)

“Estão querendo criar o maior latifúndio indígena e inexplorado do mundo”, criticou o governador do estado, Ottomar Pinto, numa reunião com fazendeiros na semana passada. Esta semana, o Conselho em Defesa de Roraima começa a expedir um dossiê de 30 páginas, contendo a argumentação do setor agrícola, para parlamentares, governadores e alguns ministros envolvidos com a questão. A revelação mais surpreendente em todo o conflito em Roraima, até agora, teve como autor o presidente da Funai. “Eu não sabia que essa portaria iria causar tantos problemas”, disse Cantídio num encontro com fazendeiros no mês passado, ao se referir ao ato que, em três linhas, criou a Comunidade Indígena de São Marcos e acirrou as tensões fundiárias em Roraima.

“Essa portaria ficou uns dois meses rondando minha mesa e um dia eu assinei”, justificou-se o presidente da Funai na mesma conversa, de acordo com o relato de dois participantes. Na ocasião, o presidente da Funai assegurou à platéia de fazendeiros que manteria em fogo

brando a demarcação de terras em Roraima, mas ainda assim seus interlocutores pretendem manter-se na ofensiva. Até sexta-feira, o Conselho em Defesa de Roraima terá uma audiência com o governador Ottomar Pinto, quando espera obter o apoio do governo estadual à causa. No próximo dia 20, uma comissão de fazendeiros desembarcará em Caracas, capital da Venezuela, para uma rodada de contatos com autoridades daquele país.

“**Bico do papagaio 2**” — “Recebemos a promessa de um funcionário do governo venezuelano de que poderíamos levar todo o nosso gado para aquele país, caso não ocorra uma solução favorável na demarcação de terras em Roraima”, informa um dos integrantes do grupo que vai a Caracas. Somente a região de Raposa-Serra do Sol concentra mais da metade de todo o rebanho roraimense. Estão lá 220 mil cabeças de gado bovino, equino e caprino — no estado inteiro, não há mais de 300 mil bovinos. “Se nos tirarem daqui, onde poderemos colocar nossos animais?”, pergunta o fazendeiro Soares. “A cada dia que passa, estamos ficando com menos espaço para continuar produzindo em Roraima”, acrescenta.

O cenário fundiário atual no extremo norte brasileiro apresenta características que agravam o esvaziamento econômico de Roraima, sobretudo depois que a Polícia Federal passou a coibir a atuação dos garimpos, a principal fonte de recursos do estado. “Tivemos uma queda de 40% nas vendas nos

últimos meses”, diz Célio Fonseca, diretor da Associação Comercial de Roraima. Dos 23 milhões de hectares de Roraima, 19 milhões são constituídos de reservas florestais — 9 milhões delas compõem a reserva dos ianomâmis. Sobram, então, 4 milhões de hectares para a exploração, dos quais é preciso subtrair 500 mil hectares ocupados por matas ciliares (à beira dos rios), lagoas, lagos, montanhas e cidades. Outros 500 mil hectares de terras situadas nos campos lavráveis de Roraima passaram nos últimos anos à tutela da Funai, por concentrar dentro de seus limites aldeias indígenas.

É justamente na faixa dos 3 milhões de hectares restantes dessa complicada aritmética agrária que estão alojados os 20 mil quilômetros quadrados (2 milhões de hectares) das regiões de São Marcos e Raposa-Serra do Sol. “Corremos o risco de ver nascer uma espécie de Bico do Papagaio 2”, compara José Augusto Soares, citando a região do Sul do Pará que ficou conhecida pela ferocidade de seus conflitos fundiários. “Com a diferença de que no Bico do Papagaio a briga era entre posseiros e donos de terra e aqui entre fazendeiros que possuem provas documentais da utilização dos terrenos há pelo menos 50 anos”, acrescenta. De acordo com um levantamento do Incra, o órgão federal encarregado da reforma agrária, apenas uma das 50 fazendas encravadas em São Marcos possui título de propriedade relativamente recente: 20 anos.